

1 **Memória da Reunião Extraordinária do CIAMPRua/PR – 27/02/2023**

2

3 Ao vigésimo sétimo dia do mês de fevereiro de 2023, às 09h00, deu-se início à Reunião Extraordinária do  
4 mês de Fevereiro de 2023, primeira de 2023, formato híbrido presencial e *online*, realizada por meio da  
5 plataforma Conferência, da CELEPAR, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da  
6 Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes:

7 **Representante Titular Governamental:** Dulce Maria Darolt (SEJUF/DEJUDH – Coordenadora da  
8 Divisão POP RUA e CIAMPRua/PR); Delegado Claudio Marques Rolin e Silva (SESP/PC); Izabel Maria  
9 Gouveia Benvenuti (COHAPAR/DVAC); Patrícia Cavichiolo Tortato (SEJUF/DAS/DPSE); Rosane  
10 Souza Freitas (SESA/DAV); **Representante Suplente Governamental:** Marli Aparecida Caprov Corcini

11 (SEED). **Representante Titular Sociedade Civil:** Júlia Stefânia Bezerril Miranda (OAB/PR); Nazaré de  
12 Campos Stihaenco (Ação Social Diocesana Bom Samaritano Procopense); **Representante Suplente**

13 **Sociedade Civil:** **Convidados Especialistas/Parceiros/Colaboradores:** Angélica Rein (SEJUF/DEJUDH  
14 – Secretária Executiva CIAMPRua/PR); Giovana Kucaniz (CAOPJDH); Keiko Rosana de Souza Sato  
15 (SEJUF/DEJUDH – residente técnico de Direito); Márcia Maria Momesso (LAR SANTO ANTÔNIO de  
16 Cambé); Matheus Mafra (NUCIDH/DPPR); Leide Daiana Furlanetto (CASA DE ACOLHIDA FILHOS  
17 PREDILETOS/Campo Mourão); Rafael Gonçalves Roberto Rossato (SEJUF/DEJUDH – residente técnico  
18 Sociologia); Vanessa de Souza Lima (MÃOS INVISÍVEIS de Curitiba); Miriam (MÃOS INVISÍVEIS de  
19 Curitiba); Maurício Pinheiro de Jesus - (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DAVI MULLER - CAPER) – de  
20 Cianorte; Luana Hayachi (MÃOS INVISÍVEIS de Curitiba). **1. Abertura:** A princípio, a Coordenadora

21 Dulce saudou a todos e todas e realizou a verificação de quórum mínimo para abertura da reunião. Após a  
22 verificação e a constatação de preenchimento de quórum mínimo para abertura, Dulce deu início à Reunião

23 Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População  
24 em Situação de Rua do Estado do Paraná (CIAMPRua/PR). **2. Aprovação da Pauta:** Em primeiro lugar,

25 Dulce indicou que o propósito desta reunião extraordinária seria para dar continuidade à pauta que não foi  
26 completamente debatida na Reunião Ordinária do dia 14/02. Em seguida, realizou a leitura de toda a pauta  
27 para conhecimento de todos (as). Por fim, colocou-a em votação — sem ressalvas, a pauta foi aprovada por

28 unanimidade. **3. Aprovação das Relatorias – Plano Estadual PSR:** A seguir, Dulce compartilhou sua tela  
29 com a Relatoria da 25ª Reunião da CT do Plano Estadual Decenal para PSR. **3.1. Relatoria da 25ª Reunião**

30 **da CT do Plano Estadual Decenal para PSR e 14ª de 2022 – Eixo Moradia, Habitação e**

31 **Desenvolvimento Urbano – ocorrida dia 13/10/2022:** Giovana fez a seguinte solicitação via *chat*: “*Ainda*  
32 *da relatoria da 25ª Reunião, gostaria de solicitar alteração do trecho: “Giovana falou que as experiências*

33 *de moradia primeiro não estão atreladas ao governo federal, são iniciativas novas. Que a proposta do*  
34 *governo federal está iniciando e tem uma lógica diferente da estruturação usual das políticas públicas*

35 *normalizadas” para “Giovana falou que as experiências de Moradia Primeiro não estão vinculadas ao*  
36 *orçamento do governo federal. Mas que há apoio dentro de um setor no governo federal, e que a*  
37 *metodologia tem uma lógica diferente da estruturação usual das políticas públicas já normatizadas.” — o*

38 *trecho da alteração solicitada por Giovana encontra-se na 5ª Página da Relatoria e Dulce realizou a*  
39 *alteração imediatamente durante a reunião. Sem manifestações quanto outras alterações na Relatoria da 25ª*

40 *Reunião, Dulce a colocou em aprovação do Comitê — sem ressalvas, a relatoria foi aprovada por*  
41 *unanimidade. **3.2. Relatoria da 26ª Reunião da CT do Plano Estadual Decenal para PSR e 15ª de 2022***

42 *– **Eixo Educação – ocorrida dia 15/12/2022:** Dulce informou que recebeu esse formato de relatoria hoje*  
43 *(27) pela manhã porque a Delvana titular da SEED, não conseguiu fazer as alterações antes. A Relatoria*

44 possui 5 páginas e foi compartilhada por Dulce para visualização de todos (as). Rafael sugeriu que fosse  
45 feito um resumo do conteúdo da relatoria para aprovação imediata. Marli suplente da SEED, indicou que  
46 estava sem microfone e não seria possível resumir neste momento. Portanto, Dulce sugeriu que esta  
47 relatoria fosse aprovada na próxima Reunião Ordinária do CIAMP devido não ter havido tempo hábil para  
48 leitura de todos (as), ficando desta forma como proposto. **4. Informes Gestão Editais de Convocação e**  
49 **outros – Dulce e Angélica: 4.1 — Aprovação da Relatoria da Eleição do Edital 002/2022:** Dulce  
50 informou que a relatoria foi encaminhada na quinta-feira e do mesmo modo, compartilhou sua tela com o  
51 documento para visualização de todos (as). Ademais, indicou que não houve alterações da relatoria enviada  
52 por *e-mail* para todos (as) e que, caso seja aprovada, acompanhará o protocolo para nomeação dos  
53 membros. Rosane questionou o seguinte ponto no *chat*: “*Dulce, só para entender melhor, essas relatorias*  
54 *de atividades que nem todos participam, como por exemplo da Comissão do Plano, que é uma reunião*  
55 *específica, todo mundo aprova ou só quem participou? Eu leio, mas não costumo escrever aprovado, visto*  
56 *que não estava presente no momento.*”. Dulce explicou que, anteriormente foi acordado que a relatoria é  
57 feita na reunião da comissão e aprovada pela mesma, para depois, o pleno também aprovar por se tratar de  
58 um trabalho que a comissão do CIAMP faz e necessita prestar contas a todo colegiado, para assim, todos  
59 (as) terem ciência das atividades realizadas pelas Comissões. Rosane pontuou via *chat* que: “*Lembro que*  
60 *seria aprovado ao CIAMP, mas para ciência e não aprovar ou não a relatoria em si, pois relatoria é uma*  
61 *descrição daquilo que aconteceu.*”. Dulce concordou que sim, é uma relatoria daquilo que aconteceu, mas  
62 o pleno tem direito a solicitar alterações, para assim, a comissão se reunir e verificar a possibilidade destas  
63 alterações. Porém, caso o pleno queira alterar esse procedimento para que as relatorias sejam encaminhadas  
64 somente para ciência, poderia ser discutido da melhor maneira a atender o comitê. Márcia questionou via  
65 *chat*: “*Só uma dúvida, nós do Lar Santo Antônio somos suplentes sem direito a voto?*”. Dulce respondeu  
66 que sim, a instituição tem direito a se pronunciar e sugerir pautas e opiniões sobre os assuntos, mas por  
67 enquanto não possuem direito ao voto. Marli sugeriu via *chat* que: “*Todos façam a leitura do nosso da*  
68 *educação antes da reunião e fique somente para ser aprovado, dessa forma, agilizamos nosso tempo que é*  
69 *curto.*”. Por fim, Dulce colocou a relatoria em aprovação do Comitê — Vanessa, Izabel, Nazaré, Patrícia,  
70 Márcia, Dulce, Delegado Marques e Marli registraram seus votos em aprovação da relatoria da eleição do  
71 edital 002/2022, não houve manifestações contrárias à aprovação. **5. Plano de Trabalho 2023 – Rafael:**  
72 Dulce indicou que provavelmente não seria aprovado hoje, pois não foi recebida nenhuma sugestão do  
73 Comitê, só que houve adições após a reunião com o Leonildo (MNPR) e Vanessa (MÃOS INVISÍVEIS)  
74 com as sugestões do Leonildo e da Vanessa. A seguir, Rafael (residente Técnico da Divisão POPRUA)  
75 relatou que na sexta-feira houve uma reunião com a participação da Vanessa e do Leonildo com o  
76 departamento, por isso, elencou as pautas desta reunião e as organizou no Projeto de Plano de Trabalho.  
77 Foram definidos três eixos e dentro deles há sete objetivos e 20 ações para atingi-los. O primeiro Eixo seria  
78 a Realização de Pesquisas, sendo duas importantes pesquisas a serem trabalhadas. Primeiramente, uma  
79 pesquisa sobre a situação das PSR em âmbito estadual e a segunda pesquisa seria junto aos CIAMP RUA’s  
80 Municipais para saber como estavam suas atuações, quais municípios gostariam de ter o CIAMP RUA e  
81 como seria possível auxiliá-los a implementar. O Segundo Eixo seria o acompanhamento das ações  
82 realizadas voltadas para a população em situação de rua no Estado do Paraná, que na verdade, sua primeira  
83 ação seria a elaboração do Relatório Circunstanciado que é previsto no Decreto 2.405/2015. A segunda  
84 ação do Eixo Dois seria o Relatório da Pesquisa realizada no Eixo Um sobre as PSR no Estado do Paraná e  
85 o terceiro seria a Relatória da Pesquisa realizada junto aos CIAMPs RUA municipais. O Eixo Três seria  
86 elaborar o Plano Estadual para a População em Situação de Rua no Estado do Paraná, este que é um



87 trabalho que vêm sendo realizado há cerca de um ano e meio e deverão dar continuidade a esse trabalho,  
88 iniciando eixos que ainda não foram iniciados, como o Eixo Trabalho, Emprego e Geração de Renda e da  
89 Segurança Pública, bem como os outros eixos que foram iniciados e que estão em andamento, solicitando  
90 aos técnicos a retomada dos diálogos. Para além disso, há as pautas apresentadas pelo Mãos Invisíveis e  
91 pelo Leonildo na reunião de sexta-feira, como: elaboração e apresentação de PL que preveja a  
92 implementação de Casa de Acolhimento para mulheres PSR gestantes (Casa das Gestantes); elaborar e  
93 apresentar projeto para que o Cozinha Solidária (do MNPR) seja replicado em Curitiba e outros Municípios  
94 do Paraná; elaborar PL a ser apresentada que preveja a alteração do Comitê para Conselho; por fim,  
95 elaborar e aplicar capacitação para os membros do CIAMPRua/PR, CIAMPRua Municipais e técnicos que  
96 lidam diretamente com PSR. Por fim, Rafael reforçou que o Plano de Trabalho ainda é somente um  
97 proposta e que enviaria para todos (as) lerem e sugerirem mais pautas. Vanessa reiterou que a reunião foi  
98 muito boa e informou que já existe uma capacitação que é feita com os voluntários, sendo possível utilizar  
99 toda a emenda de conteúdo, carga horária e enfim, há a possibilidade de disponibilizar também o curso  
100 feito no ENAP sobre o Moradia Primeiro, contendo toda a contextualização da PSR. Marques solicitou  
101 mais informações sobre o curso mencionado pela Vanessa. Por isso, Vanessa informou que há um curso  
102 produzido em 2021/2022 em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e o  
103 Ministério da Família e da Mulher que capacita sobre o Moradia Primeiro, mas para isso, foi feita uma  
104 grande contextualização sobre a População em Situação de Rua, termos utilizados, como essa população  
105 foi parar na rua, direito à moradia e diversos outros pontos cruciais. O curso tem carga horária de 30 horas,  
106 é muito sintético e de fácil leitura, sendo disponibilizado no seguinte link:  
107 [www.escolavirtual.gov.br/curso/625](http://www.escolavirtual.gov.br/curso/625), sendo disponibilizado de forma gratuita. Dulce questionou se os  
108 cursos disponibilizados seriam cobrados. Vanessa indicou que seria necessário dialogar para verificar de  
109 que forma se dariam, se seriam pela ESEDH ou parcerias, mas que ela estava à disposição, independente se  
110 seria cobrado ou não. Patrícia reiterou que o curso da Escola Virtual é ótimo, didático e que ela mesma já o  
111 fez e quanto a ESEDH, informou que a Joice repassou que eles não estavam pagando palestrantes no  
112 momento, mas estavam pleiteando recursos para pagar os (as) palestrantes, valendo a pena conversar com  
113 ela para verificar a questão. Rafael questionou se, além do curso da Escola Virtual, se faz necessária a  
114 realização da capacitação presencial. Patrícia respondeu que sim, pois os técnicos estavam necessitando de  
115 uma melhor formação quanto ao tema. Dulce pontuou que poderiam ser feitos dois tipos de capacitação,  
116 uma para os membros do CIAMPRua e a outra em relação a capacitação do Plano Estadual que os técnicos  
117 têm pedido, pois durante as discussões dos eixos do Plano Estadual, muitos informaram que não possuem  
118 conhecimento específico do que o CIAMPRua deseja sobre a área de cidadania para a PSR. Vanessa  
119 respondeu que o ideal seria duas capacitações específicas, sendo importante o conteúdo direcionado ao  
120 público-alvo dessas formações. Marques lembrou que no ano passado aconteceu o Seminário de Direitos  
121 Humanos e Proteção a Vulneráveis, algo muito importante, pois muitos policiais lidam com essas questões  
122 relacionadas às violações, mas sem compreender o todo e as necessidades daquelas pessoas, neste ano, é  
123 pretendido realizar mais um seminário de proteção a vulneráveis no primeiro semestre e outro no segundo  
124 semestre, tendo a participação do CIAMPRua para trazer aos policiais a consciência de que as PSR estão  
125 em situação de vulnerabilidade extrema. Daiana pontuou via *chat*: *“Talvez seja loucura da minha parte,  
126 pois estou chegando agora, mas se pensar estas capacitações por escritórios regionais, e fazerem uma  
127 mobilização para atrair representantes de todos os municípios. A princípio uma presencial e depois  
128 virtuais. Penso que mobilizar os municípios pois não se tem uma diretriz para os trabalhadores junto à  
129 PSR.”* Dulce respondeu que poderiam ser feitas parcerias com a SEDEF, pois agora a SEJU não tem mais



130 escritórios regionais, inclusive todo o equipamento de transmissão foi pago pelo FEAS. Em relação a  
131 capacitação, Dulce destacou que essa política é diferenciada, pois as pessoas não são residenciais e  
132 ocasionalmente estão em acolhimentos e casas de passagem, por isso, devem ser criadas estratégias em  
133 cada órgão para atender esse público. Além disso, seria possível adicionar a visão de algum município e  
134 não somente do Estado, daqueles que enfrentam no dia a dia as dificuldades da PSR e colocar em cada  
135 capacitação, exemplos de boas práticas para refletir estratégias de como se comportar em cada situação. A  
136 ideia da capacitação para os membros do CIAMPRua (Estadual e Municipais) seria de realizá-la em um  
137 único dia para que todos comitês participem, tendo como sugestão o mês de Maio e no segundo semestre a  
138 capacitação dos técnicos. Nazaré concordou com a sugestão da Dulce e indicou que, nos municípios que  
139 não possuem comitês, poderiam ser convidadas as pessoas que trabalham com a Política PSR. Dulce  
140 respondeu que os municípios que não tem comitês seriam capacitados na segunda etapa, pois há diversos  
141 comitês sendo criados e reformulados no Estado do Paraná, por isso, urge a necessidade de capacitar estes  
142 novos membros sobre o papel CIAMPRua e que, enquanto membros do comitê — mesmo sendo da  
143 Sociedade Civil — são servidores públicos e possuem suas responsabilidades nesta política. Marli indicou  
144 que seria um momento ímpar para que se pudesse conhecer todos (as) que estão no Comitê. Dulce  
145 respondeu que, a capacitação poderia ser feita presencialmente ou *online*, pois o Comitê não tem como  
146 pagar a passagem, sendo possível somente para aqueles que a instituição ou o município custeie a  
147 passagem. Por isso, a proposta de modificação de Comitê para Conselho, para que assim, seja possível  
148 custear hospedagem, diárias e eventos da Política PSR no Paraná. Daiana disse via *chat*: “*Li a*  
149 *documentação enviada, em duas reuniões percebo como nosso desafio é grande, quanto mais capacitação*  
150 *e mobilização em prol, melhor. Na linha de frente de execução do serviço, como se faz imperante mobilizar*  
151 *todos os municípios em suas diferentes políticas de atendimento.*”. Patrícia destacou que há uma grande  
152 rotatividade dos profissionais da ponta da Assistência Social e por isso, as capacitações devem ser  
153 constantes para manter um bom atendimento. Em seguida, Keiko (residente técnica da Divisão POPRUA)  
154 informou que a questão de transformar o Comitê em Conselho, que segundo informação do próprio  
155 Leonildo, é uma demanda que vem acontecendo em âmbito Nacional também, não somente do Estado do  
156 Paraná. Após a apresentação da Proposta do Plano de Trabalho 2023, feita pelo Rafael, foi decidido que o  
157 documento deveria ser recomposto conforme as discussões de hoje, e reenviado aos Membros do Comitê,  
158 para ser aprovado na próxima reunião ordinária. **6. Relatório Circunstanciado 2022 – Dulce e Angélica:**  
159 Dulce informou que não houve quaisquer alterações no Relatório Circunstanciado compartilhado por *e-*  
160 *mail* com todos (as), mas que caso haja sugestões de modificações ou inclusões, seriam acrescidas  
161 conforme permissão do pleno. Para contextualização aos novos membros, Dulce explicou que o Relatório  
162 Circunstanciado é determinado pelo Decreto de criação do Comitê, por isso, todo início de ano é realizado  
163 um relatório de todos os atos e ações realizadas na Política e no Comitê do ano anterior — os relatórios  
164 desde 2017 são publicados no [Portal do CIAMPRua/PR](#). Neste ano, também foram incluídos no relatório  
165 ações realizadas pela parte administrativa e da gestão, porque tudo envolve as decisões do Comitê. Dulce  
166 compartilhou o documento para uma visualização dinâmica de todos (as) e explicou sobre a estrutura do  
167 documento, que contém resumos de cada ano, introdução à política, lista de siglas, resumo das gestões  
168 anteriores, áreas de atuação, planos anuais de trabalho, principais ações e encaminhamentos realizados no  
169 ano de 2022 e outros aspectos. Dulce explicou que, neste ano, foi posta a parte administrativa das ações  
170 porque ninguém acredita quantos trâmites são necessários para realizar as ações, portanto, foram  
171 adicionadas as ações administrativas para que todos (as) possam compreender todo o trabalho que é  
172 realizado nos bastidores pelo Estado do Paraná para contemplar as solicitações do Comitê. Porém, há



173 pessoas que podem compreender erroneamente que essas ações não atingem as pessoas lá na ponta, sendo  
174 que, são essas ações que fomentam, orientam, e dão as diretrizes para as Prefeituras atenderem os cidadãos  
175 na ponta. Contudo, há outros órgãos — como a SESP e SEED — que realmente atendem diretamente o  
176 cidadão, algo que não acontece pela SEJU ou SEDEF, sendo suas funções capacitar, orientar e fazer  
177 repasse de recursos para as políticas públicas. Por fim, Dulce indagou se todos (as) haviam recebido e  
178 compreendido todo o documento ou se necessitavam de mais tempo para estudá-lo completamente para  
179 aprovação do pleno. Patrícia solicitou que fosse encaminhado em formato *.pdf* porque para ela ficou  
180 desconfigurado, mas que caso todos (as) aprovem, não teria problema. Rosane registrou que para ela estava  
181 aprovado. Dulce indicou que enviaria para todos (as) novamente e se estava sendo aprovado, ainda nesta  
182 semana seria possível solicitar que o relatório seja disponibilizado no Portal do CIAMP RUA/PR para toda a  
183 comunidade. Por fim, Dulce colocou o Relatório Circunstanciado de 2022 em aprovação do pleno — sem  
184 ressalvas ou objeções, **o Relatório Circunstanciado de 2022 foi aprovado por unanimidade.** **7. Minuta**  
185 **Ofício Elo Social:** Júlia informou que começou a fazer a minuta do ofício observando o *site* deles para  
186 fazer as considerações e depois, achou algumas reportagens “estranhas” da pessoa que apresentou o  
187 projeto, uma das reportagens relata que o homem que realizou a apresentação é um estelionatário que  
188 aplica golpes em todo o Brasil. Marques informou que assim que viu os comentários comunicou o Dr.  
189 Emanuel da Delegacia de Estelionatos, mas de igual modo, há de se ter cautela porque o grupo é algo fora  
190 do comum e são ousados nos golpes. Dulce informou que foi verificado que após a reunião do dia  
191 14/02/2023, os representantes do Elo Social colocaram em seu *site* uma foto da reunião com o  
192 CIAMP RUA/PR, acompanhada de uma matéria relatando que foram muito bem recebidos pelo Comitê,  
193 havendo nenhuma desaprovação, pelo contrário, na matéria diz que a apresentação foi aprovada e muito  
194 aplaudida. Portanto, como não foi este o caso muito pelo contrário, Dulce sugeriu que fosse solicitada a  
195 alteração da matéria e especificamente este parágrafo de concordância com o projeto apresentado. Júlia  
196 destacou que ninguém se manifestou favorável durante ou após a apresentação, ele somente fez sua fala e a  
197 matéria é totalmente equivocada. Dulce acrescentou que as pessoas fizeram apenas perguntas no *chat* e em  
198 nenhum momento manifestaram apoio ou favoravelmente ao que foi dito, sendo definido que o CIAMP  
199 decidiria posteriormente qual seria seu posicionamento. Júlia sugeriu a matéria seja refutada por meio de  
200 uma Nota de Repúdio e que a matéria seja retirada do ar, além disso, o Estado do Paraná deveria publicizar  
201 em algum espaço para que isso fique registrado e seja contraposto, caso ele queira novamente apresentar  
202 isso em outros espaços. Marques indicou que na apresentação, disse a ele que se soubesse que a  
203 apresentação seria naquele tom, a SESP sequer teria participado para demonstrar todo o repúdio a proposta.  
204 Dulce indicou que Notas de Repúdio devem ser avaliadas pelo Departamento Jurídico, pois o *site* do  
205 CIAMP RUA é institucional e deve ser aprovado pelo Gabinete e pela Assessoria de Comunicação. Matheus  
206 pontuou no *chat*: “Acho que principalmente na página do CIAMP deve constar esse material, talvez até  
207 com nosso ofício.”. Em seguida, Vanessa destacou que deveria ter tido o cuidado ao conceder esse espaço  
208 dentro de um espaço do Estado para realizar uma apresentação inconstitucional como foi feita, por isso, o  
209 mesmo cuidado que a Assessoria de Comunicação tem agora com a Nota de Repúdio, deveria ter tido com  
210 quem foi responsável pela permissão de uma apresentação de 40 minutos dentro de um Comitê do Estado  
211 do Paraná. Por isso, não acha que é inviável publicizar isso dentro de um espaço que fala sobre o  
212 CIAMP RUA nas plataformas do Estado, pois não publicizar seria “passar pano” e corroborar uma situação  
213 que foi uma falha do Estado ao receber o ofício e conceder a fala. Portanto, Vanessa ressaltou que é dever  
214 do Estado e do CIAMP RUA amenizar essa situação publicizando uma Nota de Repúdio. Isabel concordou  
215 com a fala da Vanessa e que a Nota de Repúdio deveria ser publicada com o nome de todas as instituições



216 participantes do CIAMPRua, além disso, há o ofício da Defensoria Pública que fundamenta toda a questão,  
217 sendo mais que suficiente. A seguir, Matheus destacou que a preocupação sobre a aprovação do  
218 Departamento Jurídico não seria necessária ao ponto de compreender a necessidade de publicizar o repúdio  
219 às propostas na página do CIAMPRua e, por experiências que passou na DP, quando acontece situações em  
220 que são publicadas informações que não condizem com a realidade ou de forma equivocada, há espaços  
221 para o comitê, conselho e instituição publicar sua contrariedade. Além de colocar essa Nota de Repúdio,  
222 Matheus sugeriu que fosse publicizado o próprio ofício a ser encaminhado pelo CIAMPRua para  
223 movimentar os protocolos, deixando claro que o próprio CIAMPRua não aprovou o projeto e as demandas  
224 apresentadas pelo sujeito, mas que apresentam uma série de riscos legais e várias violações em legislações.  
225 Logo após, Dulce indicou que não era uma questão de aprovar ou não — pois essa é função do Estado —,  
226 mas que o Comitê poderia recomendar a não aprovação desse projeto pelo Estado, sem direcionar a pessoa  
227 ou a forma da pessoa como se apresentou, pois o Comitê não estava aqui para avaliar a pessoa, mas sim, os  
228 projetos. Em relação ao “erro” em trazer o projeto para ser apresentado, Dulce indicou que há o dever de  
229 acompanhar e monitorar, portanto, se alguém não se sente confortável em monitorar e acompanhar uma  
230 demanda que foi encaminhada para o Comitê, deveria rever algumas questões, pois várias questões sobre a  
231 PSR já chegaram ao Comitê e este realizou sua função. Júlia questionou como o CIAMPRua se  
232 manifestaria nesta não recomendação ao projeto. Giovana reiterou a fala do Matheus de que seriam dois  
233 movimentos, um de responder ao Estado e outro de publicizar uma Nota de Repúdio e que, para ela, essa  
234 resposta deve ser circunstanciada relatando algumas das diversas questões graves que foram verificadas,  
235 sendo necessário não recomendar o projeto e recomendar que sejam avisados os municípios sobre o projeto  
236 e o histórico negativo, pois a não explanação dessas informações poderia ser compreendida como omissão  
237 do Comitê. Além disso, há a utilização da imagem de diversos membros em algo totalmente equivocado e  
238 que poderiam ser tomadas atitudes individuais destes contra ao indivíduo, pois por exemplo, seria muito  
239 complicado para ela que fossem divulgadas tais inverdades com o seu nome e do Ministério Público em  
240 apoio ao projeto. Vanessa indicou que compreende que o CIAMPRua tem função de monitoramento e  
241 avaliação, mas que é necessário ter cuidado, pois ela mesma recebe dezenas de mensagens de pessoas  
242 querendo apresentar projetos o tempo todo e antes de prosseguir a apresentação, faz uma pesquisa sobre  
243 tudo relacionado aos projetos para poder filtrar algumas coisas. Visto isso, é necessário entender que, uma  
244 vez que o Comitê abriu o espaço para essa apresentação e agora, o nome e a imagem do CIAMPRua está  
245 dentro do *site* deles, se faz necessário o repúdio com a mesma celeridade em que foi concedida a  
246 permissão, deixando clara a contrariedade ao projeto e as inconstitucionalidades do que foi dito, não  
247 corroborando com nada do que foi proposto e compartilhado por este sujeito. Patrícia destacou que  
248 concorda com o termo “não corrobora” para a não recomendação do projeto ao Secretário, além disso,  
249 elencar as leis que são feridas, assim como foram colocadas no ofício da Defensoria Pública. Ademais,  
250 Patrícia demonstrou sua preocupação com relação ao atrelamento da imagem dos membros ao projeto, algo  
251 que não foi autorizado em momento algum. A seguir, Marques pontuou que sua maior preocupação é como  
252 essa matéria poderia ser utilizada posteriormente para convencer gestores e empresários de que é um  
253 projeto sério, utilizando destas fotos, ofícios e registros para convencer pessoas descontextualizadas  
254 conceder recursos financeiros ao projeto. Por isso, seria importante mencionar no ofício — sem fazer  
255 julgamentos — que constam reportagens desabonadoras a respeito destes fatos (com os *links* das  
256 reportagens anexados), fazendo um relato completo da situação, sendo possível também encaminhar para  
257 as Associações Comerciais e outros âmbitos que podem ser alvos deste sujeito. Giovana destacou dois  
258 trechos que a preocuparam na matéria: “*O comitê ficou de apresentar ao governador e também ao*



259 *secretário da pasta relatório sobre a audiência realizada, mas foram cientificados que independente do*  
260 *relatório a ser apresentado, o programa será implementado”; “Para nós foi bastante gratificante, saber*  
261 *que tecnicamente nenhuma anormalidade ética profissional foi encontrada, vez que o único*  
262 *questionamento se teve aos protocolos de acolhimento não beneficiarem pessoas portadoras de distúrbios*  
263 *e consideradas tecnicamente irrecuperáveis.”. Júlia também demonstrou grande preocupação quanto ao*  
264 *trecho acima, pois em momento algum foi dito nada semelhante a isso. Patrícia sugeriu uma reunião com o*  
265 *Secretário, pois a situação era muito complicada. Patrícia reiterou a sugestão de marcar uma agenda com o*  
266 *Secretário e com a Silvia pela gravidade dessa matéria. Dulce informou que tentaria resgatar os dois*  
267 *protocolos para repassar para todos (as), mas que no site tem mais informações que no próprio protocolo.*  
268 *Giovana questionou sobre a gravação da reunião. Dulce respondeu que entrou em contato com o jurídico e*  
269 *foi informada que quem quiser a gravação, pode entrar com uma solicitação pessoal no Protocolo da SEJU,*  
270 *que irá para o Jurídico liberar. Com as reuniões ordinária são públicas, todos (as) têm direito por serem*  
271 *gravações públicas. Caso tenha algum custo de pen-drive ou outro material para entregar a gravação, o*  
272 *custo será por conta do solicitante. Em relação a ata da reunião, Dulce informou que a Angélica ainda não*  
273 *havia terminado por conta da sua carga de demandas e por isso ainda não havia sido enviada, mas caso*  
274 *desejem, assim que finalizada — mesmo que não aprovada — seria enviada para todos (as) para*  
275 *conhecimento do conteúdo. Matheus disse via chat: “É que acho também que uma resposta bem*  
276 *fundamentada para a SEJUF/GOV e também publicizar essas contrariedades na nota também resolvem*  
277 *esse problema”.* Portanto, Dulce indicou que a Júlia faria a minuta do ofício em resposta para trazer em  
278 conhecimento do pleno e questionou se a reunião com a Dra. Silvia seria com todo o comitê ou somente  
279 alguns membros — Vanessa respondeu que somente alguns já seriam suficientes. Vanessa se colocou à  
280 disposição para elaborar a Nota de Repúdio e solicitou que o Matheus a auxilie, esta que será feita e  
281 disponibilizada no grupo do CIAMPRua para conhecimento de todos (as) e possível assinatura de demais  
282 entidades. Dulce informou que se a Nota de Repúdio for em nome do comitê, devem assinar como  
283 membros deste, portanto, foi definido que a Júlia faria a minuta de ofício resposta e a Vanessa faria a Nota  
284 de Repúdio, ambos sendo minutas, que devem passar pelo crivo do Comitê para serem avaliadas. Giovana  
285 lembrou que isso ocorreu no contexto da gestão anterior, uma vez que, as pessoas que participaram foram  
286 como observadores (as) que foram eleitos e assumiriam a gestão seguinte. Júlia indicou que o pedido de  
287 retirada da matéria do site deveria vir do próprio Estado do Paraná, visto que, o ofício foi direcionado ao  
288 próprio governo. Marques indicou que teria que comunicar a questão internamente ao Delegado Geral  
289 relatando toda a situação, informando que foram divulgadas fotos não autorizadas e concordâncias que não  
290 existiram, pois se posteriormente o sujeito aplicar um golpe em outros estados, há o registro de que foram  
291 tomadas providências de comunicação interna. Patrícia complementou que a Corregedoria também deveria  
292 ser comunicada. Dulce acrescentou que deveriam ser tiradas cópias daquilo que há no site, a resposta que o  
293 Comitê obtiver e todas as informações possíveis para serem encaminhadas para a PGE. Marques ressaltou  
294 que o que aconteceu é algo grave, mas a sequência indica que ele prosseguiria aplicando uma espécie de  
295 “golpe”, apesar das diversas reportagens desabonadoras que existem sobre este projeto, ele utilizaria da  
296 reunião com o CIAMPRua para convencer a apresentação do projeto para outros gestores e Associações  
297 Comerciais — pois é um projeto da Iniciativa Privada. Júlia informou que ele também protocolou o pedido  
298 de apresentação do projeto Lixo Zero para a Assembleia Legislativa do Paraná — Vanessa respondeu que  
299 ainda não foi apresentado nem para a ALEP ou FAS. Matheus indicou que qualquer ofício que ele envia e  
300 colocam como “Recebido” ele coloca como protocolado, não sendo necessariamente ouvido pelos órgãos.  
301 Dulce sugeriu que fosse perguntado ao Deputado Araújo (representante do CIAMPRua/PR na ALEP) se





COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

302 ele sabe de algo quanto a isso. Por fim, Dulce questionou se os encaminhamentos supracitados poderiam  
303 ser aprovados desta maneira — sem contrariedades, foram aprovados pelo pleno. **8. Informes gerais:**  
304 Marques informou que ainda não havia sido definida a data do Seminário, mas o mais breve possível seria  
305 comunicada ao CIAMPRua/PR — mas que seria um Seminário em cada semestre. Matheus explicou que o  
306 Relatório disponibilizado no *site* do CIAMPRua/PR já foi entregue em mãos da presidência da FAS, sendo  
307 este um resultado de vitorias realizadas em todo a Rede de Assistência Social para a PSR de Curitiba,  
308 tendo como objetivo expôr para a sociedade orientações que a Defensoria Pública faz em relação aos  
309 equipamentos da Capital, mas também, ser uma prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública  
310 nesta política pública. **9. Encerramento:** Em conclusão, em sua qualidade de Coordenadora, Dulce  
311 agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Extraordinária do Comitê  
312 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do  
313 Estado do Paraná – CIAMPRua/PR. A presente memória foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por  
314 Dulce Darolt. Memória aprovada na Reunião Ordinária de Março de 2023 do CIAMPRua/PR – ocorrida no  
315 dia 14/03/2023.



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

